

## O diverso, o uno, o mixto : espiral sem fim do humano

### O Mediterrâneo como espaço de produção das diferenças

José Rodrigues dos Santos<sup>1</sup>

Se a questão colocada fosse : existe um “Homem mediterrânico”, que se possa caracterizar de acordo com atributos próprios e utilmente distinguir dos homens não-mediterrânicos ? Então, decerto, a resposta que proporíamos seria negativa.

Não existe um Homem do Mediterrâneo, mas apenas uma considerável variedade de culturas locais agrupadas nas margens do mar Mediterrâneo ; e nem esta noção espacial faz mais do que designar um espaço cujas fronteiras são definitivamente vagas, indetermináveis com precisão.

É possível, no entanto, que os homens do Mediterrâneo, num sentido agora assumidamente vago, tenham em comum uma característica que os diferencia dos homens de outras regiões do planeta habitado (embora seja apenas uma diferença de grau) : a extrema diversidade das origens, e uma excepcional fecundidade no que respeita à capacidade de produção de diferenças. Deste modo, se renunciarmos a definições especiosas, é o próprio espaço mediterrânico, enquanto conjunto natural e cultural, que possui esses atributos e se distingue dos que o rodeiam, e não as populações (nenhuma delas, nem como um todo), que participaram e participam no jogo extraordinariamente complexo da mediterraneidade. Esta é a tese que tentaremos expor e fundamentar nas linhas que seguem.

#### 1. Estruturas e processos fundamentais

##### 1.1 Diferenças

Para permitir que o leitor disponha desde logo da possibilidade de entender e eventualmente criticar o ponto de vista aqui exposto, paremos útil enunciar de início algumas premissas. A primeira é a de que a *unidade do Homem é o dado fundamental* : é uma unidade de origem e de natureza, e a diversidade original que foi a condição necessária da sua emergência é dominada pela diferença principal que opõe a nova forma biológica às que a precedem como às suas contemporâneas.

Em segundo lugar, é bom lembrar que a diversidade potencial dos humanos exprime-se ao longo do tempo da evolução num *processo* duplo, de *diversificação e de convergência*, em que os factores biológicos e culturais interagem : em ritmos diferentes, em sentidos em parte diferentes, localmente determinados (Leroi-Gourhan 1965).

Contudo, ao distribuir-se pelo espaço do planeta, a espécie humana foi construindo localmente conjuntos mais ou menos abertos, mais ou menos interligados, que podemos diferenciar de modo relativo quanto a uma característica (entre muitas outras de menor alcance) : a sua maior ou menor *tendência para a diferenciação local*, para a “produção de diferenças”, sendo que esta nunca está por completo ausente.

Existem, no domínio biológico não humano (e não antropizado), fenómenos semelhantes : zonas de máxima e de mínima diversidade genética, e por consequência zonas de maior ou de menor variabilidade das espécies e das populações. Estas zonas são “produtoras de novas espécies” ou de novas sub-espécies ou variedades, enquanto outras regiões podem ser consideradas como “sumidouros” de espécies ou de variedades (Haudricourt et Hédin 1987).

Figura: plantes-cultivees.jpg

<sup>1</sup> Antropólogo, Professor Associado, Academia Militar ; Cidehus, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Univ. Évora.

Supomos no que segue, que o duplo processo de diversificação e de uniformização (ou os balanços líquidos contrastados que dele resultam nos diversos espaços), pode aplicar-se ao estudo das sociedades humanas, dos grupos, “culturas”, etc. (Durham 1991).

Nesta ordem de ideias, o que caracteriza as regiões que circundam, de mais longe ou mais perto, a bacia do Mediterrâneo, é a alta *intensidade do processo de diferenciação*, que vai provavelmente mais longe nesta região do que em qualquer outra região do planeta, com a possível excepção da Ásia do Sudeste.

## 1.2 Dinâmicas

Num universo em que a produção de diferenças é contínua e a diferenciação resultante crescente, é importante lembrar as principais dinâmicas dos espaços culturais que afectam.

- (i) O primeiro processo, já sobejamente evocado, é o de *aumento da diversidade*, num espaço que não só não tem limites nítidos, como não possui obrigatoriamente uma organização em sistema : as diferenças podem não ser estruturadas de modo sistemático<sup>2</sup>.
- (ii) O segundo processo, é o da *uniformização*, que, através da selecção das diferenças que podem vingar e daquelas que vão desaparecer, ser eliminadas ou perdidas, etc., dá origem a sub-espaços mais organizados, e portanto mais uniformes.
- (iii) O terceiro tipo de processos é o de *mistura, combinação, recombinação*, de elementos culturais elaborados em sub-conjuntos locais diversos, produzindo sub-sistemas (mais ou menos coerentes), originais.

Estes processos funcionam em simultâneo em todos os espaços da Cultura, abrangendo todas as sociedades humanas actuais ou passadas, sem excepção, mas cada um deles pode ser dominante em relação aos outros, consoante os locais, os momentos históricos, e as relações de forças entre grupos humanos que se estabelecem nesses espaços.

A capacidade inovadora e diversificante manifesta-se em princípio em todos os espaços humanos, como dissémos ; contudo, certos espaços exibem uma intensidade dos mecanismos de diferenciação, superior a outros. Estas diferenças podem, com toda a verosimilhança, ser explicadas por características da organização social local.

A tendência para o diverso é “dispersante”, age como uma “força centrífuga”, é um equivalente da “deriva genética” das populações ; ela exprime sempre um elevado grau de autonomia dos indivíduos e dos grupos em relação aos sistemas sociais em que se inserem. Oposta a esta força é a força de uniformização : redução do diverso a formas mais regulares, mais fixas. Para utilizar ainda a metáfora mecânica, é uma força “centrípeta”, que selecciona positivamente o que tende para o semelhante (que se torna assim um “centro”, mesmo que seja virtual e não inscrito no espaço material), à custa do diverso, de que uma parte é eliminada.

Uma forma secundária de uniformização é a organização das diferenças. Num espaço cultural em que existem diferenças dispersas, múltiplas, que não são forçosamente portadoras de referência a todas as outras, a uniformização pode começar pelo constrangimento exercido sobre essa multiplicidade, através da imposição de um sistema de referências comum, único, que vai organizar as diferenças, constituí-las em sistema.

Numa terceira posição, a mistura, a combinação no interior de um certo espaço cultural, de elementos produzidos em espaços distintos, não é um processo autónomo ao mesmo título que os dois precedentes, mas um processo “intermédio”. Com efeito, a adopção por um grupo de um elemento produzido por outro grupo, ou a “importação” num certo espaço de um

<sup>2</sup> Lembremos que nem todo o conjunto de diferenças (sendo a diferença um tipo de relação entre elementos), constitui um sistema. Para que possamos falar de sistema é preciso que as diferenças se organizem de forma a que cada uma delas se refira às outras (ou pelo menos a algumas delas – sistematicidade parcial).

elemento oriundo de um espaço distinto (contíguo ou não), equivale a uma inovação local, e está submetido ao processo de selecção uniformizadora, como qualquer outra inovação. Os espaços sincréticos são meta-estáveis : enquanto sistemas longe do equilíbrio, apenas no muito longo prazo produzem substratos comuns verdadeiramente estáveis. Enquanto tal não acontece, a criação de formas comuns, autenticamente mixtas, pode ser posta em crise pela separação de formas que, embora já incorporem a mistura, começam a ser vividas como diferentes, opostas, incompatíveis, e se tornam pólos de organização de rupturas tanto mais violentas (cf. Irlanda, Espanha, Jugoslávia), que é do seu próprio seio que as sociedades arrancam os elementos de diferença, atribuindo-lhes valor antagónico por vezes irreductível.

## **2. Os espaços mediterrânicos, espaços de convergência global**

Já que iniciámos esta reflexão invocando processos que se desenvolvem no muito longo prazo, tentemos extrair algumas consequências das características próprias do povoamento dos espaços que circundam o Mediterrâneo.

A origem geográfica do povoamento humano, tanto na margem norte como na margem sul, é *oriental*. Todos os dados arqueológicos e paleo-antropológicos concordam quanto a este ponto.

Quer o povoamento neandertaliano, quer o povoamento devido ao seu sucessor de Cromagnon, não só têm por ponto de partida comum, com cerca de cento e cinquenta mil anos de distância, a África Oriental, mas também como ponto de entrada o corredor médio-oriental (Reichholf 1991). A partir desses primeiros passos extra-africanos, que os paleontólogos situam algures entre sessenta e quarenta mil anos antes do presente, a expansão (que nos aparece como contínua, talvez por efeito das lacunas nos dados), efectua-se em duas direcções principais : para leste, onde terá atingido os confins do Pacífico há quinze ou vinte mil anos ; para oeste, onde existem testemunhos da sua presença há cerca de trinta mil anos (grutas Chauvet, Ardèche, no corredor rodaniano, França).

O processo de neolitização segue, segundo se pensa, uma rota semelhante. Embora não esteja estabelecido com segurança que não tenha havido processos locais, “autóctones”, de neolitização nos espaços europeus ocidentais (e eles teriam tido lugar, se existiram, nas zonas vizinhas do Mediterrâneo), as principais influências culturais neste longo período de três ou quatro mil anos que se costuma chamar “revolução neolítica” têm como centro de difusão o Médio Oriente, do Egipto à Mesopotâmia, e desta ao sul da Anatólia.

Parece estabelecido que terão existido duas vias principais de difusão em direcção do ocidente : uma continental, fluindo pelas planícies centro-europeias, outra marítima, apoiada em bases costeiras.

Figura: primeiras-migrações.jpg

É provável que um movimento paralelo tenha tido lugar na margem sul, africana, do Mediterrâneo.

L. Cavalli-Sforza e os seus colegas mostraram que a difusão da cultura neolítica foi acompanhada pela difusão dos genes : não se trata apenas de transmissão cultural sem modificação das populações, mas de migrações.

Figura : agricult-neolithique.jpg

Esta duas primeiras fases de povoamento pelo Homem moderno (paleolítica e neolítica) resultam portanto num quadro já bastante diferenciado, cinco ou seis mil anos antes do presente : largas zonas continentais de povoamento paleolítico, que podemos supor

relativamente pouco diferenciado, e pequenas zonas de implantação neolítica ao longo das costas mediterrânicas, diferenciadas, a partir das quais se efectua a difusão. No entanto, aqui como em geral nos espaços humanizados, as diferenças são tanto menos profundas quanto mais recuamos no passado.

Esta primeira configuração vai encontrar-se submetida a uma pressão externa que, com óbvias variações de intensidade e de ritmo, não cessará de definir a tendência geral demográfica, cultural e política dos milénios que sucedem à proto-história : os primeiros espaços neolíticos em redor do Mediterrâneo serão espaços de convergência das migrações. Quer os “Indo-europeus” tenham existido enquanto “povo” quer, mais provavelmente, enquanto conjunto de populações diversas, o que parece certo é que eles se põem em movimento, a partir do III milénio, percorrendo a distância que separa o vale do Indo, através da Ásia do sul, para atingirem, por volta de 2300, as actuais Grécia, Anatólia, Síria e Palestina. “Antes de 2000, já tinham acabado por disseminar-se pela maior parte da Europa central e setentrional” (E.U.<sup>3</sup>, 12: 187). Um vasto movimento dirigido para oeste e para sul, que seguirão mais tarde os seus descendentes Celtas que, do sul da actual Alemanha e das planícies danubianas, invadem a Gaula cerca de 1200 anos a.p.<sup>4</sup>, e alguns bandos atingem a Península Ibérica entre 800 e 600 anos a.p. As vagas sucessivas de migrantes Celtas percorrem, de século em século, esta mesmas rotas. O objectivo parece ser o de alcançar as ribas ocidentais, atlânticas, a oeste, e mediterrânicas a sul.

Entretanto, os Aqueus tinham efectuado uma migração em tudo semelhante, visto que atingem, por volta de 1400, as actuais Grécia, Anatólia, Síria e Palestina, enquanto os precursores dos Ilírios migram das planícies centrais para as costas dálmatas, depois “jugoslavas”, albanesas, gregas.

Outras populações indo-europeias, os Itálicos, descem para sul, fundam Roma no oitavo século a.C. e ocupam uma pequena região da península itálica : quer tenham chegado do nordeste, por via terrestre, ou por mar, como se crê que vieram os Etruscos, da Península Helénica ou da Anatólia, eles mais não fazem que seguir o movimento milenar.

Para oeste, também, e tanto na margem norte como na margem sul, desenvolvem-se as migrações originárias do Médio Oriente, dos Fenícios e dos próprios Gregos.

Entretanto, as populações que se tinham fixado no norte da Europa colocam-se em movimento, em direcção ao Sul. Vemos primeiro os Cimérios, tão cedo quanto o segundo século a.C., pôr-se em movimento a partir da península da Jutlândia (hoje Dinamarca), em direcção ao Mar Negro, caminho que seguirão três séculos mais tarde os Ostrogodos e os Visigodos, que passam em 150 da Escandinávia para o continente, a leste do Vístula, e atingem a Crimeia por volta de 375, onde deixam um povoamento, antes de retomar o rumo do sul e do oeste. Percorrem a costa helénica, descendo até ao Peloponeso, seguem depois o corredor dálmata, das actuais Grécia e Albânia, Bósnia, Croácia, até ao vale do Pó : o seu périplo condu-los através da Península Itálica, ainda pelo corredor costeiro, até ao vale do Ródano.

Outras populações nórdicas percorrerão itinerários mais simples, mas com a mesma direcção de conjunto : sudoeste (Burgúndios, Alanos, Vândalos...).

Figura: E-U-Gdes-invasões.jpg

Entretanto, a grande Eurásia vai continuar a enviar uma série de migrantes de longa distância, Eslavos, Turcos. Se descontarmos os Burgúndios, que suspendem a sua migração nas planícies centro-continentais, todos os outros “povos” desembocam, sucessivamente, em pontos diversos das ribas norte-mediterrânicas. Na margem sul, os movimentos têm orientação inversa, para norte, mas estruturalmente análoga, em direcção às estreitas planícies

<sup>3</sup> Adoptamos a abreviação “E.U.”, seguida de um número, para nos referir à Enciclopaedia

<sup>4</sup> Adoptamos aqui a abreviação em Português : “antes do presente”, “a.p.”.

costeiras (Berberes a oeste, Beduínos a leste). Quanto aos Árabes, é ainda o mar Mediterrâneo que orienta, ou constrange o seu movimento, paralelo ao das populações da margem norte : para o ocidente.

O resultado deste processo multimilenar, cuja evocação já vai longa, se bem que a tenhamos excessivamente abreviado, é a constituição de um espaço no qual, à força de acumular-se, os contributos de uma miríade de populações se combinam das mais diversas maneiras.

Enquanto por um lado se produz um efeito de miscigenação, de combinação dos traços culturais, sociais, e biológicos, efeito cujas modalidades e intensidade variam a uma escala local, por outro, *a matriz das diferenças longínquas mantém-se nas suas grandes linhas*. Três milénios mais tarde, distinguem-se Hebreus, Beduínos, Berberes, Gregos, Ilírios e Romanos, Celtas e Germanos ; quase dois milénios após as suas primeiras aparições nas imediações do Mediterrâneo, Húngaros, Turcos e Árabes, continuam a reconhecer-se como diferentes.

### **3. Os espaços mediterrânicos, espaços de divergência local**

A convergência das migrações para o Mediterrâneo, processo, como vimos, tão antigo quanto a neolitização, tende a acumular nas ribas do mar interior contributos de origem extremamente diversa.

A este factor social e cultural – de natureza demográfica - de diversidade, junta-se, agindo no mesmo sentido, outro poderoso factor : os caracteres próprios do espaço mediterrânico. Examinemos rapidamente cada um deles.

#### **3.1 Uma diversidade alimentada pelas migrações em direcção ao mar interior**

Se compararmos com outros espaços aparentemente comparáveis, como o Báltico ou o Cáspio, é evidente que o primeiro é dominado pelas populações nórdicas que apenas convivem com os uralianos (fino-ugrianos) os eslavos, a oeste dos Urais, e com os povos altaicos a leste, enquanto o segundo (em pleno “corredor” asiático-europeu), exhibe a preponderância altaica. O Mediterrâneo acumula todas essas referências, acrescentando-lhes todas as que acima evocámos.

Ora, os diversos contributos inscreveram-se no espaço sobrepondo-se e originando mesclas originais segundo as unidades regionais (de pequena dimensão), ou mantendo uma certa (nunca completa) exclusão recíproca, como é o caso, por exemplo, entre Albaneses (Ilírios) e Gregos, Árabes e Berberes, Eslavos e Itálicos, Lombardos da Padânia e Latinos do Lácio...

Na realidade, o processo de migração de longo alcance parece ter produzido por um lado, espaços de grande dimensão, nas zonas de circulação relativamente livre, no interior continental (planícies do centro e do leste europeu e da Ásia continental), e espaços estruturados em pequenas unidades territoriais, concentradas nos limites costeiros atlântico e mediterrânico.

Os primeiros são espaços de dispersão e de circulação a longa distância (travessia). Os segundos, essencialmente mediterrânicos, são espaços de concentração, de instalação. Tudo se passa como se, ao atingir o limite físico da possibilidade de deslocação terrestre, os migrantes se tivessem distribuído em pequenas unidades espaciais, de tamanho relativamente constante. A Norte, o Báltico ficou, no decorrer do processo, dividido nesse tipo de territórios justapostos : Estónia, Letónia, Lituânia<sup>5</sup>, Pomerânia, Saxe, Dinamarca. A riba atlântica, que, depois dos Celtas viu chegar os Saxões, os Anglos, os Frisões, conserva, na estrutura actual, para além de uma Dinamarca, uma Frísia, uma Flandres, uma Normandia, uma Bretanha, um

<sup>5</sup> Note-se que os Lituânios ocuparam durante séculos as planícies centro-continentais do que se viria a ser a Ucrânia, e só recentemente foram “empurrados” para as margens do Báltico, onde o seu território, reduzido, é como um último bastião, numa retirada forçada para Norte. Os Lapões, populações siberianas em migração para oeste, foram sendo empurradas para Norte pelos indo-europeus nórdicos e depois pelos finlandeses, até encontrarem o oceano Ártico, nas margens do qual se fixam.

País Vasco, para mencionar apenas alguns exemplos, todos nitidamente distintos, sem contar os espaços românicos.

No entanto, esta variedade atlântica cobre apenas um pequeno leque de contributos (celta, românico, germânico, vasco), incomparavelmente mais restrito que o seu correspondente mediterrânico onde, para além dos já mencionados, temos que acrescentar (pelo menos) os contributos eslavo, albanês, grego, búlgaro, turco, arménio, hebraico, árabe, copta (egípcio primitivo), berbere.

Se, como vimos, na periferia do continente europeu (nas regiões costeiras, limites externos), se concentra a diversidade, é porque praticamente todas as populações - migrantes mas de índole sedentária - avançam até que os mares lhes oponham uma barreira e aí se estabelecem<sup>6</sup>. Por seu turno, se é verdade que o conjunto da periferia continental recebe, quase sem excepção, as populações que, do leste europeu e da Ásia, se dirigem para oeste, o Sul é um horizonte preferencial para quase todas elas.<sup>7</sup>

O Mediterrâneo constitui-se, deste modo, como um espaço partilhado pelos sucessivos “invasores”, que reivindicam uma frente marítima por definição limitada, na qual estabelecem territórios próprios, asperamente defendidos. Estes territórios são por vezes perdidos pelos seus antigos ou novos ocupantes (Andaluz)<sup>8</sup>, por vezes integrados em espaços políticos alargados (Catalunha, Padânia, Sardenha, Córsega, Sicília, Croácia, Grécia, etc.), por vezes enfim “recobertos” por uma ou mais novas “camadas” demográficas (Ásia Menor, Egipto, Cabília).

No movimento que muito esquematicamente temos vindo a resumir, as margens do Mediterrâneo e as magras planícies costeiras recebem não só populações de passagem, como será o caso nas planícies continentais euro-asiáticas<sup>9</sup>, mas populações que se fixam e ocupam territórios relativamente estáveis nos séculos – ou milénios - seguintes. O efeito mais notável deste processo, longo de milhares de anos, é que, às diferenças locais antigas (decerto menos pronunciadas à medida que se recua no tempo), se acrescentam novas diferenças. Mais numerosas, mais localizadas, mais afirmadas, as diferenças locais atingem pontos máximos várias vezes no decurso do tempo longo. Embora não seja possível fazê-lo aqui de modo suficientemente argumentado, podemos formular a hipótese que tais períodos de diversidade máxima terão correspondido aos primeiros tempos do Império Romano, depois aos séculos que seguem a sua derrocada, em seguida ao período das Cruzadas, e por fim ao período final do século dezanove. Um “ritmo” de alternância de diferenciação e de fusão que teria algo como seis séculos de duração.

Ao que sugere o exame das causas dessa alternância, podemos pensar que a chegada de numerosas novas populações às margens do Mediterrâneo (que se efectua a um ritmo irregular, determinado por causas contingentes e numerosas), abre períodos de diversificação.

---

<sup>6</sup> O problema é diferente no que concerne a populações nómadas, como os Ciganos, que introduzem diversidade interna sem verdadeira territorialização, pelo menos na maior parte dos casos.

<sup>7</sup> Com a excepção dos nórdicos que, migrando também eles para oeste, nem sempre inflectem a sua rota para sul – caso dos Saxões e dos Anglos.

<sup>8</sup> Note-se que espaços como o andaluz, ao serem ocupados, conquistados, perdidos, recuperados, conservam uma extraordinária permanência, tanto na sua abrangência de conjunto, como na distinção ou separação em relação aos espaços envolventes. A Andaluzia é primeiro domínio Ibero, depois Cartaginês, Bético sob os romanos ; é o único espaço peninsular reconquistado por Bizâncio após a queda do Império de Ocidente, e será o núcleo essencial do Al-Andaluz conservando o último reino muçulmano... antes de oferecer a base de uma Autonomia espanhola dotada de uma forte identidade.

<sup>9</sup> Nas quais se fixam, aqui e acolá, pequenos núcleos populacionais isolados, por assim dizer abandonados pelos povos de passagem, como os lagos testemunhos do recuo dos glaciares, caso de que o Norte da Eurásia e a Sibéria central fornecem excelentes exemplos. Entre estes. O caso dos povos turcos é excepcionalmente evocador. Originários do Nordeste da China (Altai), percorrem, por si próprios ou associados aos Mongóis, os milhares de quilómetros que os separam da Europa, deixando na sua passagem povoamentos (futuros países, alguns efémeros, como os Cazares, mas na maior parte ainda existentes hoje) como os Tunguzes, Uígures, Quirguizes , Uzbeques, Cazaques, Turquemenes, Azeris, etc., além, é claro, dos Turcos actuais.

Quer as novas populações ponham em causa sistemas de organização espacial e política que favoreciam a circulação e o sincretismo, quer a sua chegada seja uma consequência das rupturas endógenas desses sistemas, elas vêm, sem dúvida alguma, acrescentar novos elementos ao xadrez cultural existente.

Note-se, antes de terminar sobre este ponto, que a estabilização de sistemas de organização política de grande dimensão (“grande” significa no presente contexto de tamanho superior ao da unidade étnico-cultural de base), contribui, paradoxalmente, ao mesmo tempo para a criação de sincretismos locais nas zonas que desempenham um papel de espaços centrais, como era de esperar, e para a diversificação cultural das periferias. Ao viver períodos de paz relativamente longos, as culturas locais ficam menos expostas à passagem, à invasão, à deslocação, e elaboram, na ausência de comunicação intensiva para além de horizontes restritos, configurações originais extremamente marcadas.

Temos, deste modo, dois tipos principais de processos de diversificação : um, que chamaremos aditivo, por acrescento ou sobreposição de novas populações ; outro, que chamaremos processo de fragmentação, a formação ou aprofundamento das diferenças locais. Como é evidente, o primeiro pode, de facto, ser associado a situações de conflito, de invasão, etc. Mas o segundo pode, pelo contrário, ser favorecido pela paz e pela estabilidade, na ausência de comunicação a longa distância.<sup>10</sup>

### **3.2 A estrutura do espaço : um mar rodeado de montanhas e de magras planícies**

“ O Mediterrâneo define-se como um mar entre as terras, apertado por elas. Mas também é preciso distinguir entre estas terras, que envolvem e constroem o mar. O Mediterrâneo, não será sobretudo um mar entre montanhas ?” E trata-se de “altas, imponentes montanhas”. (1966 : 22)<sup>11</sup>. Assim começa F. Braudel a apresentação do espaço ao qual consagra o seu estudo monumental, para sublinhar as profundas consequências que atribui à estrutura geográfica, e nomeadamente à orografia, do Mediterrâneo. “Ele é em primeiro lugar composto por uma série de penínsulas compactas, montanhosas, cortadas por planícies essenciais : Itália, Península dos Balcãs, Ásia Menor, África do Norte, Península Ibérica. Em segundo lugar, o mar insinua entre estes continentes em miniatura, os seus vastos espaços, complicados, divididos, porque o Mediterrâneo, mais do que uma massa marítima única, é um “complexo de mares”” (1966 : 21). Quanto às planícies costeiras, elas são na maior parte dos casos estreitas, ou de pequena dimensão, salvo, em todo o perímetro, “uma dezena apenas (que) são importantes pelas suas dimensões, se não pelos seus recursos” (1966: 54). As barreiras naturais à circulação terrestre são tão numerosas (cadeias de montanhas paralelas ao mar, mas também conjuntos de colinas de relevo confuso), quanto eficazes (altitudes importantes, declives abruptos). Braudel insiste nas consequências desta compartimentação<sup>12</sup> : a difusão dos fenómenos culturais (por exemplo as religiões) é aí mais lenta, mais incerta, a afirmação dos poderes políticos mais precária (os mais importantes são sempre oriundos das planícies). Os espaços separados, comunicando com dificuldade, são ninhos de particularidades, e geram particularismos.

“Os países do Mediterrâneo são colecções de regiões isoladas umas das outras”, que Braudel compara a outras tantas ilhas, “semeada(s) de zonas de economias semi-fechadas, mundos estreitos ou vastos organizados em si próprios com as suas inumeráveis medidas locais, os

<sup>10</sup> Note-se que esta “ausência de comunicação” não se refere ao corte total dos laços entre elites (corte que nunca aconteceu), mas sim à ausência de comunicação intercultural na massa das populações camponesas que formam o fundo demográfico das margens do Mediterrâneo, e assim desenvolvem culturas locais relativamente isoladas umas das outras.

<sup>11</sup> Todas as citações de F. Braudel são traduzidas por mim, a partir da edição original francesa (ver Referências).

<sup>12</sup> “este universo mediterrânico excessivamente compartimentado”, escreve Braudel (1966 : 146).

seus costumes, os seus dialectos. O seu número é impressionante.” (1966: 350). Nesta organização espacial em malhas de pequena dimensão, o “paese” ou “pieve” corso, o “païs” do Languedoc, são pequenos mundos que não ultrapassam a dimensão do vale, e cujos habitantes por vezes nunca atravessaram os montes que lhes servem de limite. Determinismo geográfico, que Braudel admite, como contrariado, ou esquema de organização social que, por assim dizer, utiliza os pontos de referência objectivos (vale, montes), para ancorar civilizações camponesas que simultaneamente se conformam e exploram de maneiras diversas a “proposta” geomorfológica? O que é certo é que a localidade, no mundo mediterrânico, produz menor densidade de comunicação e maior diversidade cultural, quanto mais não fosse por simples “deriva” evolutiva : selecção puramente local de traços culturais cuja variação pode ser em grande parte contingente.

À malha imposta às sociedades pela configuração das terras, compartimentos de pequena dimensão entre mar e montanha e entre montanhas, acresce uma divisão de muito maior escala, a que separa o Mediterrâneo em dois, a ocidente e a oriente do sul da Itália e da Sicília. “Dois universos marítimos”, escreve ainda Braudel, ao ponto que “pretender que os obstáculos acumulados entre as duas bacias do Mediterrâneo as afastam fortemente uma da outra, seria um determinismo geográfico exagerado, mas de modo algum inexacto. E é verdade que estas dificuldades das rotas terrestres e marítimas se opuseram constantemente a que houvesse muito fortes migrações humanas de uma bacia do mar para a outra.” (1966: 122).

Em suma, como acima indicámos as migrações (que trazem até ao Mediterrâneo populações cujas “origens”, até onde podemos segui-las, se situam a milhares de quilómetros a leste, nas planícies asiáticas), ao atingirem o mar interior, tendem a fixar-se, a permanecer em espaços restritos, exibindo uma notável permanência. *Finis terrae*. A deslocação maciça após fixação é excepcional. Deixamos de lado, deliberadamente, os fenómenos que por vezes se sobrevaloriza : colónias fenícias e gregas a Ocidente (sul da França actual, Península Ibérica), colónias ocidentais no Oriente (Rodes, Palestina).

Um espaço fragmentado como o que oferece o Mediterrâneo é pouco propício às grandes unificações. A rota marítima é, sem dúvida, muito mais favorável à transposição das distâncias, e permite, ao invés das travessias terrestres, empreendimentos militares ousados, implicando, como hoje se diz, a projecção de forças, rápida e maciça, e permite evitar, em grande medida, as confrontações intermédias durante a viagem, razão principal da sua eficácia. Contudo, o tipo de controlo que assim pode ser obtido não corresponde à transfusão de massas demográficas susceptíveis de alterar o fundo local, mas sim a um controlo politico-militar de tipo imperial.

O espaço mediterrânico é um espaço cuja “malha” de base é apertada, e favorece a criação de pequenas entidades locais. Acrescente-se que cada uma das unidades de base, relativamente isolada (em graus diversos), evolui de modo distinto a partir de patrimónios muito distintos, e tende a defender a sua diferença, o que é o mesmo que aprofundá-la.

### **3.3 Macro-unidades mediterrânicas : sempre parciais, sempre múltiplas**

À escala planetária, o Mediterrâneo e as suas margens são um espaço de pequenas dimensões, mesmo adoptando da mediterraneidade uma definição alargada. Poderia parecer provável, a priori, que esse espaço tivesse alguma unidade, subjacente, originária, ou construída ao longo dos séculos. É esta hipótese que o senso comum tende a adoptar. Todavia, como temos vindo a mostrar, não só não existe uma unidade à partida, como as unificações que se sucedem são sempre parciais, em grande medida antagónicas. O Império Romano parece constituir um desmentido a este enunciado, mas já veremos que assim não é. As civilizações antigas, babilónica, egípcia, fenícia ou grega, são factos regionais : os espaços que lhes são próprios contêm um centro denso, e periferias que, sendo regionais,

nunca ultrapassam a sub-região ; quando são longínquas, são formadas por redes de pequenos pontos de contacto sobretudo costeiros – “superficiais” -, não de territórios ocupados de forma densa, larga, permanente.

A influência grega é egeia, acompanhada pela ocupação de franjas costeiras na Hélada e na Jónia anatólica. Note-se que a sua implantação recobre quase exactamente e pouco expande a geografia miceniana que a precede nessa mesma região do ângulo norte oriental da bacia.

A Ocidente, Cartago é um facto regional ocidental, contemporâneo do conjunto egeu e a ele comparável : também costeiro, inclui as planícies costeiras do futuro Magrebe e do extremo sudeste da Península Ibérica<sup>13</sup>, e as grandes ilhas do Mediterrâneo ocidental (Balears, Córsega, Sardenha, parte da Sicília).

É certo que o Império Romano unifica o espaço que inclui as duas margens, ou, se quisermos, as quatro : o Sul, de Tânger ao Egipto, o Oriente (a “Síria”), o Norte (da Anatólia aos Pirinéus), e o oeste, dos Pirinéus a Gibraltar ou ao Algarve. Mas o domínio romano está muito longe de ter sido uniforme, nem nas suas formas de administração, nem na intensidade da sua influência demográfica, social, cultural. Na verdade, é possível distinguir pequenos sub-conjuntos regionais, que conservam – apesar da submissão à autoridade central<sup>14</sup> -, uma especificidade forte : um domínio oriental que inclui o Egipto, o reino ptolemaico; um domínio egeu com a Hélada, o Ponto e o mar Negro, a Ilíria ; um domínio central, com o mar tirreno, a Península Itálica, a Sicília e a antiga Cartago, os golfos de Génova e do Lião; enfim, na bacia ocidental, a Península Ibérica e o país “mauritânio”, em redor de Tânger. Existe um certo número de fenómenos que podem ser utilizados como “reveladores” das estruturas socio-culturais espacializadas pré-existentes : a difusão – sempre desigual – das religiões, ou (muitas vezes combinado com o precedente), o espaço de progressão das invasões. Começando por este último, é lícito observar a que ritmo se efectua uma “conquista” de territórios por populações migrantes. Escolhendo espaços suficientemente vastos de modo a deixar de lado simples avanços locais sem grande significado, observamos como a conquista das Gaulas revela a oposição entre o que é hoje uma França do Sul (a Sul do Loire), rapidamente conquistada em 121 a. C., e a França do Norte, laboriosamente vencida por Júlio César. Este é um processo difícil, incerto enquanto a guerra decorre, mas produz um efeito global quase instantâneo, após a derrota considerada como decisiva. Na Gaula, não são espaços locais que são progressivamente anexados a Roma, mas sim a Gaula do Sul por inteiro, depois toda a Gaula do Norte<sup>15</sup>, que caem na alçada romana<sup>16</sup>. O que significa que algo pré-existia com um contorno global, que, mesmo na ausência de fronteiras bem definidas, eram já dois conjuntos específicos de populações e dos seus territórios. Tal como a queda de Cartago equivale à queda – em um bloco único - do conjunto do seu espaço no domínio romano. O Egipto é integrado enquanto reino independente, depois como reino submetido : uma unidade em si. O mesmo vale para o domínio egeu.

A conquista da Península Ibérica é realizada em dois anos (de –199 a –197) mas, ao contrário da Gaula, faz-se de uma só vez. O espaço que fica de fora não está, antes da conquista, unificado e cai pedaço por pedaço, esbarrando com resistências locais independentes umas das outras : a Cantábria, que nunca chegou a ser profundamente romanizada.

Se a progressão da conquista romana na Península Ibérica revela a unidade social, cultural e política, decerto relativa, pré-existente, o facto é que a romanização atinge nessa mesma Península níveis de profundidade excepcionais. A unificação não é apenas uma reunião de fragmentos, é um processo de reforço de uma unidade original. Outras conquistas servirão de reveladores desta nova realidade : as conquistas “visigótica”, e Muçulmana.

A primeira, que se produz no momento em que o reino visigótico estabelecido a partir de 412 da nossa era na província romana Narbonense (do Ródano a Bordéus, e, a sul dos Pirinéus,

<sup>13</sup> Da zona dita sub-bética, no sudeste da Andaluzia, até à Catalunha (dos dois lados dos Pirinéus).

<sup>14</sup> Uns submetidos ao Senado, outros ao Imperador, mais um factor de diferenciação da acção romana.

<sup>15</sup> Talvez, se quisermos, com a excepção de uma pequena aldeia insubmissa, etc., etc.

<sup>16</sup> Note-se que ainda hoje, essa fronteira separa os dialectos ditos “d’Oil”, a Norte, dos dialectos “d’Oc” a Sul.

até ao Ebro), é perturbado pela chegada, pelo Norte, um pouco menos de um século mais tarde (507), de novos e poderosos invasores (os Francos). A população que se põe em marcha, em direcção ao Sul dos Pirinéus, é composta de um aglomerado de Visigodos (população pouco numerosa que tinha desempenhado o papel de casta militar dominante), e de galo-romanos que os primeiros tinham submetido. A Norte, apenas conservam a faixa costeira que é hoje a região do Languedoc-Roussillon. O tempo de que precisam estas populações para submeter a quase totalidade da Península é muito breve, se exceptuarmos o (efémero) reino suevo : é verdade que a parte sub-pirinaica até ao Ebro lhes estava há muito submetida. Em 585, por fim, as duas partes da Península (o Noroeste galaico-cantábrico e o grande Sudoeste) são unificadas, com a submissão do reino suevo pelos Visigodos. A unificação política da península sob a égide da casta visigótica sublinha e reforça a unidade pré-existente. E de tal modo a reforça, que os novos invasores, desta feita vindos do Sul em 711, precisam de apenas *dois anos* (como os Romanos), para submeter toda a península. Com a excepção, notável pelo seu significado em termos de particularismo persistente, do extremo Norte cantábrico, a Península é submetida aos Muçulmanos árabo-berberes em um só bloco.

A administração romana divide o Mediterrâneo em Prefeituras, cujo desenho é significativo. De oeste a leste, em primeiro lugar, temos as Gaulas, das ilhas Britânicas à França, e desta à Península Ibérica e ao extremo ocidental do Norte de África (“Tânger”). Ao centro, uma prefeitura inclui uma parte dos futuros países alemânicos (Sul da Alemanha, Suíça) e a Panónia (aproximadamente a actual Croácia), a Itália e as ilhas da Córsega e Sardenha, enfim o Magrebe. O complexo balcânico, que recobre o espaço hoje ocupado pelas Sérvia, Macedónia, Albânia e Grécia, é reunido na pequena prefeitura da Moesia. O Oriente, enfim, é administrado numa vasta prefeitura, que inclui a Trácia (Bulgária) toda a Anatólia, a “Síria”, o Egipto e o Macreche (Cirenaica). Estas duas prefeituras serão o território do Império Romano do Oriente no momento da divisão, em 476. As conquistas de Justiniano, que, como se sabe, recupera a quase totalidade dos territórios da prefeitura da Itália, ao centro, e a Bética na Península Ibérica, foram efémeras. O Oriente vai progressivamente recuperar a grande divisão que existia seis ou sete séculos antes, momento da conquista romana : A “Síria”, o Egipto, a África do Norte são perdidas em benefício dos invasores árabes, enquanto as reconquistas ocidentais são abandonadas em benefício dos invasores “bárbaros”. O bloco que subsiste por mais oito séculos é o conjunto Ilírio-Egeu, com a parte ocidental da Anatólia. Um centro de gravidade colocado no ângulo nordeste da bacia do Mediterrâneo, ao qual se opõe um bloco sírio-egípcio, no ângulo sudeste da mesma. Entretanto, a Oeste, a oposição, viva também, é de natureza diferente. Não se opõem aqui um “Império” cristão, decerto, mas baseado nos povoamentos antigos, mas sim os novos reinos “bárbaros”, cristianizados por conversão política régia, com forte dinâmica militar expansionista. Do Norte, não virão mais, para o ângulo noroeste da bacia, novos Bárbaros, capazes de destabilizar a organização espacial, cultural, política existente, enquanto o Oriente fica, ao invés, exposto a todas as novas vagas sucessivas (Eslavos, Hunos-Turcos, Mongóis...).

Ora, as permanências no tempo muito longo que o recorte das “prefeituras” romanas permite constatar são extraordinárias.

Veja-se a prefeitura das Gaulas, a ocidente : em direcção ao longínquo passado, ela recobre quase exactamente o domínio do megalitismo do Paleolítico tardio... (figura cores). Em direcção ao seu futuro, a fronteira norte, o *limes* então traçado, separa ainda hoje os países de línguas românicas, a sul, dos países de falares germânicos, a norte e a leste.

Observe-se a prefeitura itálica, ao centro do Império : ela abarca o domínio de expansão diferencial das influências próprias do ocidente (o “grupo ocidental do Neolítico médio” cujo limite oriental inclui a Itália cisalpina, e divide, para noroeste, os espaços futuramente romanizados dos espaços exteriores ; e o limite oriental das sepulturas colectivas megalíticas, que inclui as duas grandes ilhas do golfo de Génova, e parte da Península Itálica.

Por outro lado, o limite ocidental das influências da cerâmica cordada e do machado de guerra, traça, desde o Mar Negro aos Alpes Centrais e destes ao Reno, um limite norte e este do domínio europeu oriental que será dividido entre as prefeituras da Ilíria e do Oriente<sup>17</sup>

(Imagem : “E-U-courants-culturels.jpg”).

Um espaço tripartito que continua a organizar as culturas europeias (Atlântico, Centro-europeu – “Mittel-Europa” - e Leste), e se reflecte ainda, quando observado na margem sul, na nítida distinção entre Magrebe, Machreque e Oriente (Braudel).

Os processos de diversificação terão sem dúvida, a oeste como a leste, por base as mesmas dinâmicas antropológicas essenciais. No entanto, eles desenvolvem-se em contextos diferentes, e, ponto decisivo, de modo *cumulativamente diferencial*.

A diversidade cultural resultará, no Ocidente, após as últimas grandes invasões (séculos VII-VIII), sobretudo de processos *locais* de diversificação, a que se opõe uma força centralizadora única – a Igreja Católica. Esta revela uma capacidade propriamente militar de imposição da unidade, esmagando sem contemplação os desvios e as tentativas cismáticas – diferenciadoras - enquanto no Oriente a religião cristã regista numerosas divisões e, pese embora a presença do prelado de Constantinopla, organiza-se em Igrejas distintas (Ortodoxos, Monofisitas, Nestorianos, Paulicianos, Católicos, Latinos, etc.).

Mais, a Oriente, a diversidade cultural, sem ignorar os processos endógenos, é alimentada de modo contínuo pelos novos contributos demográficos. Os Árabes conquistam em poucos anos não só toda a África do Norte e a Península Ibérica, a Ocidente, mas também todo o Oriente, até à Anatólia. Nesta, todavia, o seu domínio é posto em causa pela chegada dos Turcos Seljúcidas (século XI), aos quais sucedem outras vagas turcas associadas aos Mongóis (século XIII), e por fim os Turcos Otomanos que põem termo ao Império romano de Oriente (1453). O Oriente, e sobretudo o conjunto do ângulo nordeste do Mediterrâneo, regista portanto, até tão tarde quanto o século XV (seis ou sete séculos mais tarde que o Ocidente), novas vagas de invasão, cujo poderoso impacte destrui a organização existente e provoca, durante largos períodos, novas deslocações de populações, novas configurações políticas, novos sincretismos culturais.

#### **4. Um balanço do processo de diferenciação : mosaico de culturas, não unidade cultural**

Para concluir esta viagem pela profusa diversidade mediterrânica, temos que reconhecer que em todos os domínios da cultura, no sentido antropológico corrente, o Mediterrâneo (onde quer que coloquemos os seus limites) exhibe uma variedade de soluções cujas diferenças são extraordinariamente acentuadas.

No domínio das línguas, quatro ou cinco grandes “famílias” estão representadas (sudano-nilóticas, semitas, indo-europeias, uralo-altaicas...); dentro de cada uma delas as grandes variedades locais (para nos colocarmos apenas ao nível do que, de modo aproximativo, chamamos “línguas” e não dialectos”), contam-se por dezenas, quando não por centenas. Como se tal não bastasse, cada uma dessas línguas exprime-se em numerosos dialectos locais, cuja formação apenas foi suspensa com a constituição dos estados-nação modernos pós-revolucionários, autoritários, em que as “políticas da língua”<sup>18</sup>, unificadoras, reprimiram ao longo do século XIX as línguas ou variedades locais.

<sup>17</sup> Com a pequena, mas interessante excepção do território dos Trácios (circa 1500 a.C.), futuro nordeste grego em contacto com o Mar Negro, ponto de passagem de antiquíssimas influências orientais.

<sup>18</sup> Cf. Revel e De Certeau.

No domínio das religiões, para além dos monoteísmos bem diferenciados do Livro (divididos, cada um deles em dezenas, pelo menos, de variedades altamente diferenciadas às quais acrescem por vezes formas sincréticas que associam os primeiros, ou partes deles, em combinações variadas), devemos ainda incluir o zoroastrismo, e os cultos pré-cristãos. Acresce que a posição que ocupam os fenómenos religiosos no conjunto da cultura, e o lugar relativo das respectivas instituições no conjunto das instituições sociais, difere do todo ao todo, entre um catolicismo rural ou um protestantismo franceses da faixa mediterrânica, e a religião andaluza e é inútil sublinhar o que os opõe a um cristianismo copta ; quanto às confrarias muçulmanas berberes de Marrocos, elas pouco têm que ver com os Islãos turcos, ou libaneses.

No domínio da organização social de base, as formas de família, linhagem, etc., evidenciam uma diversidade que recobre uma boa parte do leque total das possibilidades lógicas de combinação. É o que justamente sublinha J. Pina Cabral, na sua crítica da noção de “mediterraneidade”. Noção construída pelas etnografias britânica e norte-americana, ela tenta, ao postular a unidade das culturas que se distribuem neste espaço – fazendo de contiguidade continuidade – legitimar um objecto que afirmamos tão heterogéneo quanto possível. “Como é que se pode encontrar um modelo para descrever um único “tipo de organização familiar” que inclua as vizinhanças matrifocais de irmãs descritas por Davis, as unidades domésticas das pequenas aldeias da serra algarvia, as parentelas de Aragão, as famílias córsegas, as famílias troncais da região pirenaica (...), os diversos tipos de família italianos e, finalmente, a zadruga ?” – interroga Pina Cabral (1991 : 80-81), que documenta largamente essa heterogeneidade.

Por seu turno, E. Todd, ao interrogar-se sobre as constantes antropológicas que estruturam no tempo longo, estes espaços, e noemadamente do ponto de vista dos tipos familiares, escreve que existe uma extraordinária “inércia das zonas antropológicas”.

Assim, como já vimos “os conceitos de germanidade e de latinidade” se referem a épocas bem anteriores à modernidade - a conquista romana e as grandes invasões. Mas “os sistemas minoritários do espaço latino – zona occitano-ibérica, Itália central – têm sem dúvida uma origem ainda mais longínqua. Trata-se de regiões cuja *formatação antropológica* precedeu, verosimilmente, a conquista romana” (Todd 1993 : 63 ; sublinhado no original ; traduzo) e nas quais as organizações familiares hoje existentes manifestam a presença etrusca (do Pó inferior até Roma), ou ibérica (conjunto occitano-norte ibérico)”.

- Figura Todd types familiaux- Todd-types-Fx-corr.jpg.

Aqui, subsistem nas imediações do Mediterrâneo todos os tipos de família, salvo (excepção interessante pela sua distribuição), o tipo “nuclear puro”, circunscrito às margens do Mar do Norte, do sul da Escandinávia à Frísia, e às costas orientais das ilhas britânicas (ver acima, zonas de migração dos Anglos e dos Saxões).

As formas políticas de organização das comunidades mais vastas realizam elas próprias um elevado número de possibilidades diferentes (sistemas de federações clânicas, cidades-estado, principados electivos, sistemas feudais – reino ou império, califados, emirados, reinos de taifas, etc.).

Os instrumentos utilizados pela escola antropológica das “áreas culturais”, resultavam na determinação – a posteriori - da existência de tais áreas<sup>19</sup>. O levantamento da distribuição geográfica, ao constatar que um certo número de traços está co-presente em certos espaços, permitia inferir a existência de áreas com uma certa coerência cultural. Ora, curiosamente, em todos os domínios (língua, família, religião, organização política...) que referimos, o Mediterrâneo não só não constitui uma “área cultural”, como aparece sempre estruturado em várias áreas ; e estas, por acréscimo, não só variam, dependendo do conjunto de traços culturais que consideramos, como apresentam notáveis diferenciações internas.

<sup>19</sup> Tradução do alemão “Kulturkreise”, círculos culturais, teoria desenvolvida em Antropologia, na Alemanha por Graebner e mais tarde nos Estados Unidos da América por F. Boas e Kroeber, aos quais se refere ainda Braudel na “gramática das civilizações”. (Braudel 1963)

Ao tentar encontrar traços culturais comuns a todos os habitantes do Mediterrâneo, M. Vasquez Montalban (Paris, MSH, s.d.), termina com uma magra colheita que descreve nas seguintes palavras : « Proponho que cheguemos pelo menos a uma conclusão científica incontestável : O Mediterrâneo est um lugar em que os homens e as mulheres consomem habitualmente azeite, azeitonas e beringelas, elementos e alimentos de qualquer cozinha mediterrânica.». Incontestável, mas inútil, como muita « ciência » deste teor, para nossa infelicidade.

Outra não é a conclusão geral do estudo de Thierry Fabre (MSH, s.d.) dos discursos sobre o « Mediterrâneo », e da genealogia desta noção nas diversas formações discursivas (religiosas, políticas, literárias, históricas...).

### **Relações de forças e espaços da cultura**

O que explica o nível ao qual se estabelece num local e num momento dados o equilíbrio entre os três processos em parte antagónicos que acima evocámos (diferenciação, mestiçagem, uniformização), são as relações de força entre os grupos portadores de culturas, e entre as entidades organizadas que dominam, partilham, se disputam os mesmos espaços. O estado das culturas nos espaços mediterrânicos encontra a sua melhor descrição enquanto resultante (ainda instável e dinâmica), de um processo agonístico, em que a cooperação foi sempre dominada pela oposição, em que as diferenças foram sempre objecto de repressão, de reivindicação violenta, de luta fratricida.

Evocámos em primeiro lugar os processos de uniformização. Os exemplos abundam : A formação das línguas “nacionais”, faz-se constantemente mediante a destruição das variantes locais, do extermínio das línguas locais, da repressão das variações “não-oficiais”. Do ponto de vista das auto-definições de natureza étnica, recordemos a limpeza étnica de Espanha nos séculos XVI-XVII (expulsão dos Judeus, deportação dos Moriscos), ou o etnocídio da cultura israelita em Portugal no século XVI.

No campo das religiões, a formação das grandes organizações político-religiosas (Igrejas, Religiões), foi sinónimo de extermínio das formas religiosas pré-existentes, repressão das variantes não oficiais (“heresias”, cismas...).

A própria formação dos “estados-nação”, foi um processo de construção das nações à custa das culturas e das sociedades locais existentes (França, Portugal, Espanha, Itália...), de que, em certos casos, existem sobreviventes, noutros não.

Evocámos em seguida os processos de sincretismo. Também eles são determinados pelas relações de força, e não apenas (como, sinceramente, cada um de nós teria preferido), pela espontânea e amigável cooperação.

Como exemplos, pensemos no que foi a romanização, latinização, destruição das culturas pré-latinas ; na cristianização da Europa, que exigia a destruição das religiões pré-cristãs. Ora, quando o resultado do processo – apesar do projecto inicial – é a mistura, e não a supressão das formas anteriores e a sua completa substituição pelas novas, como no caso dos cristianismos populares europeus, nem por isso o efeito de dominação deixa de imperar. As novas formas reduzem as antigas ao estatuto de sobrevivências, mais ou menos inconscientes. Outro tanto terá acontecido com a arabização e a islamização das populações Berberes do Norte de África, assim como com a islamização das populações balcânicas sob os Otomanos. A mescla obtida é o fruto de uma violação (que nem sempre, infelizmente, é apenas cultural ou simbólica), que começa por ser claramente vivida como tal, antes de ser legitimado pela lenta amnésia que cura os traumatismos, e cria novas formas de justificação.

O Mediterrâneo apresenta-se-nos hoje como um espaço de confronto percorrido por múltiplas linhas de fractura, algumas antigas, outras mais recentes. Algumas delas, ao serem

tornadas conscientes, podem porventura perder o seu carácter mortífero. O que opõe hoje, na realidade, uma sociedade maioritariamente cristã, e uma sociedade predominantemente islâmica ? Que razão, lógica, económica, cultural, ou política, as define como intrinsecamente antagonistas, senão uma comum e alucinada hipótese, quanto ao estatuto das minorias que – por um processo mimético – cada uma trata como escândalo insuportável ?

Enquanto homens de ciência, temos por missão identificar os processos, as linhas de diferenciação, os pontos de contacto entre as múltiplas componentes destes espaços, e exigir o direito à lucidez e ao debate racional como único guia.

Enquanto cidadãos, sentimos urgência em instaurar espaços de debate nos quais a diferença possa não ser encarada como ofensiva para o outro, possa ser trabalhada de modo a fazer sistema, tornar-se um elemento de um todo inclusivo, aberto, sempre incompleto, e portanto pacífico.

Mas devemos cuidadosamente evitar que a esperança e o desejo de paz do cidadão impeça o cientista de descrever a realidade de modo distanciado, com um horizonte de objectividade, ainda que os resultados da análise nos desagradem : porque o projecto cidadão precisa, para cumprir-se, de verdade, e não de ilusões, por mais generosas que estas possam ser. Podemos aspirar a um Mediterrâneo mestiço, como M. V. Montalban. E poderíamos escrever como ele : « Sou partidário de um Mediterrâneo mestiço, como sempre fui. O Mediterrâneo nunca foi mestiço pela força da razão, mas pela razão da força. Ele encontra-se no actualmente numa situação que deve conduzi-lo a tornar-se mestiço pela força da razão. »

Mas, temos, como ele, que acautelar-nos contra o efeito de ilusão dos idealismos mais ou menos demagógicos, e constatar, como ele que « Em [nosso] entender a carga positiva [da vontade de ser mediterrânico] proviria da consciência do Mediterrâneo entendido como o nosso mais próximo espelho da desordem, como o nosso mais próximo espelho da desigualdade dos povos ».

Regressemos ao ponto de partida, para concluir : não é o “Homem Mediterrânico”, um conceito que reuniria um número suficiente de características comuns a todos os indivíduos e grupos que representa a figura unificadora do espaço mediterrânico, porque ele não existe. O que existe, sim, é um espaço de convergência e conservação de contributos de diversíssimas origens, um espaço particularmente fértil quanto à produção de diferenças (multiplicadas até pela mistura, onde ela se efectua), um espaço de confrontação em que o Outro nunca deixa de ser os Outros, mesmo nos momentos mais sombrios. A confrontação complexa com vizinhanças múltiplas, amigas, inimigas, mutáveis e incertas, inevitáveis como a própria fatalidade, eis o que forja uma *condição mediterrânica*, uma configuração de cultura agonística, em que as culturas desenvolvem uma sabedoria estratégica, política, militar, que é ao mesmo tempo um saber altamente elaborado da relação, e uma trágica cultura do conflito.

JRdS, Évora, Julho de 2002.

### Referências bibliográficas

- Braudel, F., 1987 (1963). *Grammaire des civilisations*. Paris, Flammarion.
- Braudel, F., 1966. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris, Armand Colin.
- Cabral, J. De Pina, 1991. *Os Contextos da antropologia*. Lisboa, Difel.
- Cavalli-Sforza L. L., Piazza A., Menozzi P. and Mountain J., 1988. “Reconstruction of human evolution: Bringing together genetic, archaeological and linguistic data”, in *Proceedings of the National Academy of Science USA*, 85, Aug. 1988: 6002-6006.
- Cavalli-Sforza L.L., Minch E. and Mountain J.L. 1992 “Coevolution of genes and language revisited” in *Proceedings of the National Academy of Science USA*, 89, June 1992 : 5620-5624.

- Durham W. H., *Coevolution, Genes Culture and Human Diversity*, Stanford, Cal., Stanford Univ. Press, 1991.
- Encyclopoedia Universalis*, Paris, 1988 : diversos artigos.
- Fabre, Th., s.d. « La France et la Méditerranée - Généalogies et Représentations ». Paris, MSH.
- Haudricourt A.-G. et Hédin L., 1987 (1944). *L'homme et les plantes cultivées*. Paris, A.-M. Métaillé.
- Leroi-Gourhan A., 1965. *Le Geste et la Parole*. Paris, Albin Michel.
- Mendras H., 1997. *L'Europe des Européens*. Paris, Gallimard.
- Montalbán, Manuel Vázquez, s.d. « La Méditerranée invertée », Paris MSH (Texte traduit de l'espagnol par Georges Tyras).
- Reichholf J. H., 1991. *L'émergence de l'Homme*, Paris, Flammarion.
- Rodrigues dos Santos J., 1996. *Production de la diversité et manipulation des différences*. Paris, Ministère de la Culture.
- Todd, E. 1992. *L'invention de l'Europe*. Paris, Seuil.